

Estado antecipa R\$ 7,1 milhões para a saúde do ABC; distribuição é desigual

George Garcia

As cidades do ABC receberam R\$ 7.149.301,67 para aplicação na atenção básica, o valor viria só em setembro, mas foi antecipado pelo governo do Estado. A verba é do IGM-SUS (Incentivo à Gestão Municipal- Sistema Único de Saúde) Paulista e é distribuído aos municípios com base no cumprimento de metas de vacinação, de consultas de pré-natal, de prevenção e tratamento do diabetes e hipertensão. Por conta dessa divisão, municípios com pouca infraestrutura de saúde, caso de Rio Grande da Serra, recebem menos, já que seu score é menor, mas mesmo municípios com saúde bem estruturada, caso de São Caetano tiraram nota baixa e recebem, por isso, uma fatia menor do IGM-SUS Paulista.

Para o professor de Saúde Coletiva e coordenador do Internato de Saúde Primária da FMABC (Faculdade de Medicina do ABC), Homero Nepomuceno, o critério de atribuir uma pontuação, ou score, por cumprimento de metas é interessante e melhor do que os critérios anteriores que consideravam o número de habitantes somente, porém ele precisa de aperfeiçoamento, segundo o especialista em saúde pública. “Esse sistema de metas ficou bom, pois incentiva a cidade a cumprir determinadas tarefas, como a cobertura vacinal que praticamente todo o ABC cumpriu, talvez o papanicolau e a mortalidade infantil não teve metas alcançadas por todas as cidades. Temos cidade com score mais baixo, como Rio Grande da Serra (39,50), por causa da infraestrutura menor que a cidade tem. Penso que o Estado deve olhar o score não só do lado punitivo, senão o município que fez pouco tende a fazer menos ainda. As metas são importantes mas quando se notar um desvio muito grande é preciso criar um plano de melhorias”, aponta.

Repasses do IGM-SUS para o ABC

Município	Parcela Fixa + Dengue paga no início do ano	Antecipação de setembro realizada em julho	Total de repasses até o momento	Score do município
Diadema	R\$ 2.147.750,00	R\$ 1.073.875,00	R\$ 3.221.625,00	76
Mauá	R\$ 2.408.625,00	R\$ 1.204.312,50	R\$ 3.612.937,50	90
Ribeirão Pires	R\$ 626.190,00	R\$ 313.095,00	R\$ 939.285,00	80
Rio Grande da Serra	R\$ 433.408,33	R\$ 216.704,17	R\$ 650.112,50	39,5
Santo André	R\$ 3.619.445,00	R\$ 1.809.722,50	R\$ 5.429.167,50	82
São Bernardo	R\$ 4.249.370,00	R\$ 2.124.685,00	R\$ 6.374.055,00	67
São Caetano	R\$ 813.815,00	R\$ 406.907,50	R\$ 1.220.722,50	62
Total	R\$ 14.298.603,33	R\$ 7.149.301,67	R\$ 21.447.905,00	

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde

Para o professor da FMABC, cidades com boa infraestrutura, como São Caetano também não tiveram nota alta e foram penalizadas e alguns pontos na distribuição da verba do IGM-SUS. “Mas não dá para comparar São Caetano, com Rio Grande da Serra, o tratamento tem que ser individualizado. Em Rio Grande não são necessários investimentos muito pesados para se aproximarem das metas, basta contratar pessoal e ter uma mínima estrutura para exames. Já São Caetano que tem tudo, é preciso fazer um diagnóstico, pois a cidade não pode alegar invasão de moradores de outras cidades porque esse dinheiro não é para pronto socorro, ou alta complexidade, é para a atenção básica, que tem pouca invasão”, analisa.

O IGM-SUS serve para custeio da saúde e está na mira dos gestores municipais, que procuram verba. “Esse não é um dinheiro novo, esse repasse já foi feito de outras formas, como por exemplo o repasse para o combate à dengue, que já é feito há muitos anos. Os secretários de saúde no ABC se mostraram descontentes, recentemente diante do que consideram uma pequena participação do governo paulista. Isso é verdade, valores devem ser revistos, mas o Estado investe indiretamente com seus equipamentos na região como os hospitais Mário Covas (Santo André) e Serraria (Diadema), com a Rede Lucy Montoro de Reabilitação, com os AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades) de Santo André e Mauá, com o Hospital Heliópolis que fica colado na região e outros hospitais na Capital, como o Hospital das Clínicas, isso acaba sendo, de alguma forma recurso para a região. Então, para sermos justos tem que pontuar essa participação do Estado na saúde do ABC, mas sim, essa verba de custeio é pequena, os municípios arcam com 60% a 70% da conta, o governo federal com 25% a 30% e o Estado entra com uma parcela mínima”, completa.

No caso de Rio Grande da Serra, com o menor score do ABC, isso se deve ao não cumprimento de metas no ano de 2024 em comparação com 2023. A cidade não alcançou a meta de vacinação na Tríplice nem na Penta Valente, também não atingiu a meta mínima de atendimento em pré-natal nem na prevenção de diabetes. O índice de mortalidade infantil, que deveria ter ficado abaixo de 8 ficou em 8,53.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3673787/estado-antecipa-r-71-milhoes-para-a-saude-do-abc-distribuicao-e-desigual/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades